

---

## PANORAMA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA NO ANO DE 2016

CARLESSO, Ana Paula<sup>1</sup>

LIMA, Daniela Titon Moreira Bazílio de<sup>11</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa na área da educação foi desenvolvida através do método de abordagem indutivo, tendo como técnica a pesquisa de campo com aplicação de questionário direcionado ao Diretor da Educação Especial, coletado na Secretaria Municipal de Educação e pesquisa bibliográfica sobre a legislação vigente. Tem como objetivo analisar os dados da Educação Inclusiva nas escolas municipais de Alta Floresta no ano de 2016, abrangendo os dados de alunos de 06 meses a 15 anos que frequentam as Creches, escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental matriculados na rede municipal. Os dados levantados mostram que o município atende 86 alunos de 6 meses a 15 anos na modalidade Educação Inclusiva. Os alunos apresentam laudos a partir de 2 anos de idade, a maioria deles são do sexo masculino e frequentam o Ensino Fundamental. Quanto às diferentes deficiências e transtornos, foram identificados 35 tipos, sendo que alguns alunos apresentam duas deficiências/transtorno associadas. São apresentados gráficos e tabelas da distribuição dos alunos por escola, dos alunos que frequentam outra instituição de ensino e também a escola regular, bem como o número de alunos matriculados em sala de AEE. Ao concluir a pesquisa, percebe-se que a Educação Especial/Inclusiva no município teve início no ano de 2003 e vem avançando constantemente na busca por melhor qualidade da educação para os alunos que possuem necessidades educacionais especiais, principalmente na formação dos profissionais, apoio ao aprendizado e melhoria de estrutura física.

**Palavras-chave:** Necessidades Educacionais Especiais. Inclusão. Educação Especial. Educação Inclusiva.

### 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir da Primeira República, colocou-se em questão o modelo educacional herdado do Império, que privilegiava a educação elitista, o secundário e superior, em prejuízo da educação popular. A partir da Revolução de 1930, numerosas transformações fizeram avançar o processo educacional brasileiro. A Constituição de 1934 contempla os seguintes princípios educacionais: gratuidade e obrigatoriedade do ensino de 1º grau, direito à educação, liberdade de ensino, obrigação do estado e da família no tocante à educação e ensino religioso de caráter “interconfessional”.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <[danititon@uol.com.br](mailto:danititon@uol.com.br)>

Neste mesmo período, foram criados o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação dos Estados, que passaram a organizar o sistema de educação, avançando para o modelo que existe nos dias atuais.

No município primeira escola Municipal a ser implantada foi a Escola Municipal Professor Benjamin Padoa, fundada em 30 de junho de 1988, a qual inicialmente, recebeu a denominação de Escola Municipal Sítio do Pica Pau Amarelo.

Atualmente o Município possui 40 instituições de ensino, sendo 17 escolas estaduais (5 escolas do campo, 1 escola indígena e 11 escolas urbanas), 4 escolas privadas, e 19 escolas municipais, atendendo as modalidades Creche, Educação Infantil e Ensino Fundamental para atender uma clientela de 4.506 alunos. No seu quadro de funcionários possui 154 professores efetivos e 175 professores interinos, 26 cuidadores de alunos com necessidades educacionais especiais. Também oferta Atendimento Educacional Especializado para 86 alunos e aulas complementares para 613 alunos, sendo estes ofertados pelos Programas Mais Educação e Projeto Mais Cultura.

O movimento da Educação Inclusiva no município teve seu início no ano de 2003, com a presença, na Secretaria Municipal de Educação, da Coordenadora professora Fátima Negrão. Dessa data até hoje, passaram pela Secretaria várias coordenações, as Professoras Valdete, Adriana Marques Capellari, Rudinei Maria dos Santos, Ana Maria Almeida, Eunice Paiva de Oliveira e, atualmente, professor Nilson Pereira da Silva. Segundo o Coordenador, as maiores dificuldades e desafios encontrados para a implantação da Educação Inclusiva no município foram: passar pelo viés da formação do profissional da Educação numa perspectiva de inclusão, pois o fato de desconhecer o processo e a própria deficiência leva à discriminação. Outro desafio apontado naquele momento foi a questão dos espaços organizados para realização dos processos inclusivos.

No passado sociedade. Por vezes, desconheciam seus direitos de acesso a tratamentos médicos, escolas, benefícios, etc... Aos poucos, com o passar dos anos, muitos pais passaram a lutar pelo direito de melhores condições de vida para seus filhos, fazendo os governos e a sociedade reconhecerem os direitos e aceitarem que estas pessoas devem conviver em igualdade de direitos, sem qualquer distinção pela sua limitação.

Com este direito como em espaços públicos, porém muito já foi conquistado.

tenha o direito de aprender garantido por todos os profissionais envolvidos. Todo aluno com necessidades educacionais especiais tem condições de superar limites e aprender inúmeros conteúdos, desde que seja incentivado e as condições para seu pleno desenvolvimento sejam oferecidas.

As primeiras legislações de Educação Inclusiva no Brasil surgiram nos anos 90, mas ainda existem muitos municípios que não aderiram às normativas e não oferecem esta modalidade de educação aos alunos que possuem necessidades educacionais especiais. E surge a pergunta, de que forma a educação Inclusiva está sendo implantada no município de Alta Floresta?

O presente trabalho tem por objetivo analisar os dados da Educação Inclusiva nas escolas municipais de Alta Floresta no ano de 2016. Para tanto, far-se-á o estudo da legislação vigente que normatiza a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Tomam-se como unidade de análise, os dados informados pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação através do Coordenador de Educação Inclusiva professor Nilson Pereira da Silva.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para abordar a Educação Inclusiva, é necessário falar sobre a Educação Especial. A partir deste ponto, já se encontram dificuldade sobre a terminologia da palavra “especial”. A mudança do conceito das palavras é muito dinâmica, sendo difícil saber qual termo usar, pois estes se tornam inaceitáveis com a evolução da sociedade. Hoje, o termo correto para se tratar do assunto é “aluno com necessidades educacionais especiais”, porém, nos próximos anos, pode entrar em desuso.

Para Mittler (2003), a terminologia “necessidade educacionais especiais” sobreviveu por tanto tempo pois não é fácil encontrar substituto aceitável para ela e também porque está incorporada à legislação”. Porém, orienta que, tanto na fala como na escrita, este termo deve ser utilizado o mínimo possível no campo profissional e pessoal. Os termos dificuldades de aprendizagem e deficiências ainda são muito utilizados na área dos adultos.

No Brasil, o acesso à escola para pessoas com necessidades educacionais especiais se deu por meio de serviços paralelos à educação regular, implementados prioritariamente em espaços segregados de ensino, mantidos por instituições privadas de caráter filantrópico ou

---

em classes especiais implementadas majoritariamente no sistema público de ensino. Segundo Kassar e Meletti (2012, p. 50), “[...] o setor público atendeu de forma compartilhada, em sua maioria, alunos com deficiências mais leves em classes especiais em escolas públicas e o setor privado atendeu alunos com deficiências mais severas em instituições especializadas”.

Segundo Ferreira e Ferreira (2001), essa divisão de responsabilidades “[...] gerou um segmento social e econômico organizado em torno de escolas particulares, filantrópicas e/ou organizações não governamentais que envolvem muitos interesses, num peculiar processo de privatização”.

O impacto dessa relação pode ser identificado nos dados estatísticos oficiais do final da década de 1980. Em 1988, o Ministério da Educação mostrava que, dos alunos que recebiam atendimento especializado no Brasil, 21,78% estavam em instituições sob a administração pública e 78,21%, em instituições privadas filantrópicas (Brasil, 1991a). A relação é diferente quando se considera a matrícula de alunos no ensino regular (para alunos de 7 a 14 anos); 2,82% estavam matriculados em escolas privadas e 97,18% estavam em escolas públicas (BRASIL, 1991b).

Para Jannuzzi (1997), a relação entre os setores público e privado no que se refere à educação especial chegou a se caracterizar como uma *parcial simbiose*, permitindo, de um lado, ao setor privado influenciar na determinação das políticas públicas brasileiras e, de outro, ao estado estruturar a Educação Especial por meio da filantropia.

A partir da década de 1990, essa relação é afetada pela adesão, por parte do Brasil, às orientações internacionais tratadas na Declaração de Educação para Todos (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990) e na Declaração de Salamanca e linha de ação e necessidades sobre necessidades educativas especiais (1994), resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais. Esses e outros documentos internacionais fornecem a base para a formulação das políticas educacionais brasileiras que incorporam os discursos da universalização do ensino e da educação inclusiva.

No caso de alunos com necessidades educacionais especiais, o acesso à educação e à permanência na escola, preferencialmente na rede regular de ensino, estão garantidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, assim como a exigência de adequação dos sistemas de ensino para atender às especificidades deste alunado.

Em 2001, a Resolução n. 2/2001, do Conselho Nacional de Educação (CNE) que constitui as Diretrizes Básicas da Educação Especial, determina que “[...] os sistemas de

---

ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL/CNE, 2001).

Meletti e Bueno (2001) analisaram as alterações quantitativas referentes ao acesso de alunos com deficiência no sistema educacional brasileiro, no período de 1998 a 2006 e constatarem um aumento de 48,14% no total de matrículas. Com a ampliação do acesso de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, os documentos legais e normativos da educação espacial brasileira passam a enfatizar o modo como a escolarização dessa população deveria ser implementada. Em 2006, o Ministério da Educação pública o primeiro documento que definia o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a ser implementado em Salas de Recursos Multifuncionais.

Em 2008, foi aprovado o Decreto n. 6.571/2008, que dispõe sobre o Atendimento Educacional especializado. Para a implementação deste Decreto, a Resolução CNE/CEB n. 4/2009 instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, que, em seu art. 5º, define:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais, ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação, ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL, 2009A).

Em 2001, com a revogação do Decreto n. 6.571, de 2008, e com a aprovação do Decreto 7.611 de 2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, a dupla matrícula para alunos com necessidades educacionais especiais passa a ser admitida no caso daqueles que frequentam a rede regular e pública de ensino e que recebem o AEE oferecido “[...] pelos sistemas públicos de ensino ou por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial, conveniadas com o Poder Executivo competente” (Art. 4º e Art. 5º).

O Município de Alta Floresta também possui legislação própria que regulamenta a Educação Especial, sendo esta a Resolução n. 014/2012 do Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta revoga a Resolução n. 008/2009 CME/AF e fixa normas para a oferta da educação especial na Educação Básica do Sistema Municipal de ensino de Alta Floresta.

Com a percepção da necessidade de que estes alunos com necessidades educacionais especiais passassem a frequentar as escolas regulares, surgem dois termos: Integração e

Inclusão. O primeiro referente a preparação dos alunos para serem colocados nas escolas regulares, o que implica um conceito de “prontidão” para transferir o aluno da escola especial para a escola regular. A integração significa tornar as escolas regulares escolas especiais através da transposição das melhores práticas, dos melhores professores e dos melhores equipamentos das escolas especiais para o sistema regular de ensino. O segundo termo se refere a uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem vindos e celebra a diversidade, que tem como base o gênero, nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional e a deficiência. (MITLLER, 2003).

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

A presente pesquisa na área da educação terá como método de abordagem o indutivo, definido por Marconi e Lakatos (2003, p. 86) como: “Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas.” Apenas após a análise das informações obtidas nos questionários, percebe-se a constatação inicial é uma verdade.

Tendo como técnica, a pesquisa de campo e também empregada, na produção deste trabalho, a bibliográfica, em vista da importância de se ter como base as teorias de pesquisadores que já coletaram e analisaram informações sobre o assunto. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 183), a pesquisa bibliográfica é importante, pois “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”. Não se consegue escrever sem partir de algo já construído, a pesquisa bibliográfica se torna fundamental, pois fornece embasamento para o início da argumentação.

#### **3.1 Área de Estudo**

A presente pesquisa analisou os dados de alunos de 1 a 15 anos que frequentam as creches, escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental matriculados na rede municipal no ano de 2016.

### 3.2 Metodologia

referentes ao início do processo de inclusão, maiores dificuldades para implantação, capacitação de profissionais, oferta de cursos na área e se o trabalho realizado até o momento tem se apresentado com resultados positivos.

Educacional Especializado.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em se tratando da qualidade da inclusão, o Coordenador relata que “Ainda hoje sofremos na pele a questão da formação, porém já se avançou muito em direção à qualidade em inclusão, uma vez que 100% dos profissionais que atuam em Sala de Recursos Multifuncional nas unidades escolares possuem: especialização na área; curso de capacitação na área com mais de 40 horas ou formação continuada sobre o assunto, além de estarem constantemente participando de seminários, palestras, grupos de estudo relacionados a temática Educação Inclusiva, tanto dentro do município, quanto fora.”

recursos próprios. Outros cursos ofertados pelo município, abrangem as principais deficiências e transtornos. Em parceria com o Centro de Apoio e Suporte à Inclusão da Educação Especial (CASIES) de Cuiabá, os professores estão participando de formação específica de intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação (CEFAPRO/AF).

professores de sala de recursos, coordenadores pedagógicos e auxiliares de classe da rede municipal e estadual.

educação infantil. Outros avanços foram a contratação de auxiliares de classe para alunos com deficiência que comprovam dependência para realizar Atividades de Vida Diária (AVDs); avaliação institucional do processo de inclusão na unidade a partir da sala de recursos multifuncional, resolução específica do Conselho Municipal de



Educação regulamentando a Educação Inclusiva no município, contratação de professor da sala de recurso com critérios específicos em Portaria, levando em conta a avaliação institucional e adequação dos espaços específicos para funcionamento das salas de recursos.

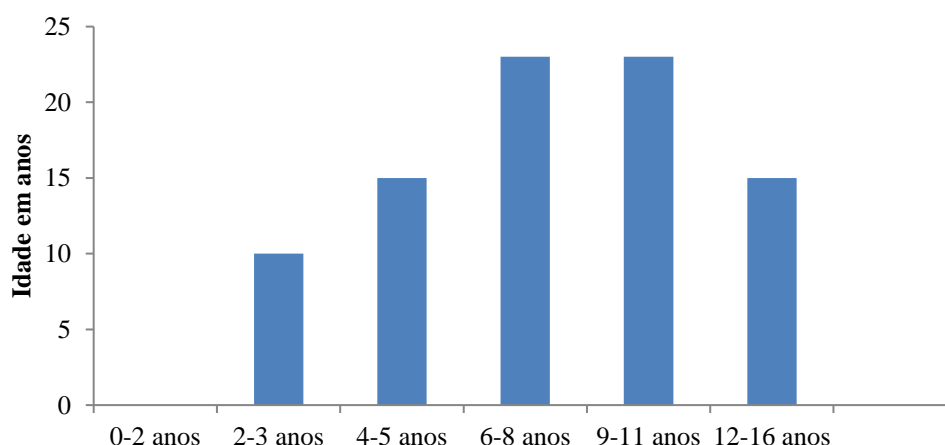
Os dados ap

alunos com laudos a partir de 02 anos de idade. É maior o número de alunos de 6-11 anos. Nota-se, também, que há uma redução do número de alunos na faixa etária dos 12-16 anos (Figura 1).

Segundo M

Conforme o

Figura 1 – Distribuição por faixa etária dos alunos matriculados de setembro a dezembro do ano de 2016 que compõe a educação inclusiva no município de Alta Floresta-MT



Fonte: Pesquisa de campo realizada

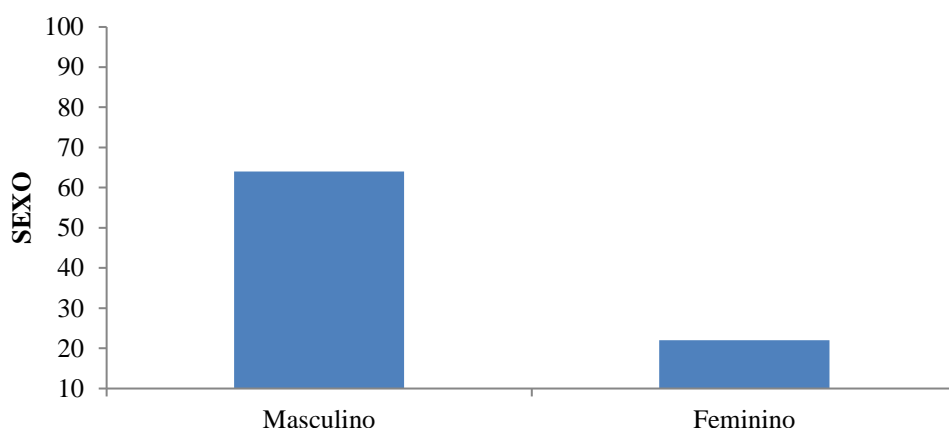
O levantamento constatou que a grande maioria dos alunos com deficiências e transtornos são do sexo masculino, sendo 64 para 22 do sexo feminino (Figura 2).



Ainscow (1999, p. 45) destaca que:

A tendência ainda é pensar em “política de inclusão” ou educação inclusiva como dizendo respeito aos alunos com deficiências ou a outros caracterizados com necessidades educacionais “especiais”. Além disso, a inclusão é frequentemente vista apenas como envolvendo o movimento de alunos das escolas especiais para os contextos das escolas regulares, com a implicação de que eles estão “incluídos”, uma vez que fazem parte daquele contexto. Em contrapartida, eu vejo a inclusão como um processo que nunca termina, pois é mais do que um simples estado de mudança, e como dependente de um desenvolvimento organizacional e pedagógico contínuo no sistema regular de ensino.

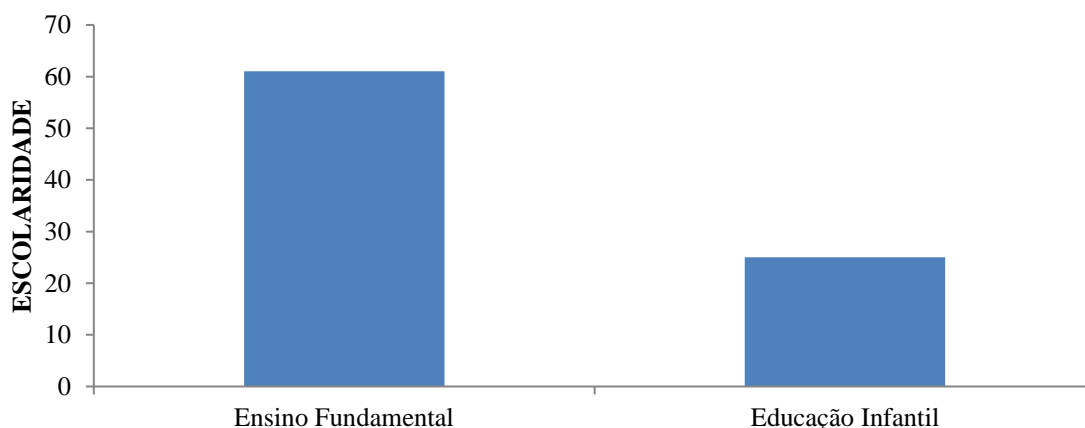
Figura 2 – Distribuição por sexo dos alunos matriculados de setembro a dezembro do ano de 2016, que compõem a educação inclusiva no município de Alta Floresta–MT



Fonte: Pesquisa de campo realizada

O nível de escolaridade mostra que 61 alunos frequentam o Ensino Fundamental e 25 estão matriculados na Educação Infantil (Figura 3).

Figura 3 – Distribuição por nível de escolaridade dos alunos matriculados de setembro a dezembro do ano de 2016 que compõe a educação inclusiva no município de Alta Floresta–MT



---

Fonte: Pesquisa de campo realizada

Quanto às diferentes deficiências e transtornos, foram identificados 35 tipos, sendo que alguns alunos apresentam duas deficiências associadas. Muitos destes alunos são acompanhados por auxiliares de sala, uma vez que necessitam de apoio para realizar as atividades diárias de locomoção, alimentação, higiene e, também, no desenvolvimento das atividades pedagógicas de acordo com seu potencial (Figura 4).

Figura 4 – Tipos de deficiências apresentadas pelos alunos matriculados na rede municipal de ensino

OR DEM	DEFICIÊNCIA	QUANTIDADE DE ALUNOS
01	TDAH	08
02	Baixa visão + TDAH	01
03	Transtorno do Espectro Autista – TEA	02
04	Deficiência Intelectual – DI	19
05	Transtorno Global + Autismo	01
06	Autismo	17
07	Hipocefalia + Deficiência Intelectual	01
08	Transtorno Hipercinético	02
09	Autismo + Transtorno Invasivo do Desenvolvimento	01
10	Transtorno Hipercinético + Autismo	01
11	Paralisia Cerebral – PC	04
12	Baixa Visão	01
13	Transtorno Neurológico	01
14	TEA + Psicopatia	01
15	Artrite Reumatóide + Deficiência Física	01
16	Deficiência Física	03
17	Deficiência Intelectual + Irritabilidade Cerebral	01
18	Disritmia Cerebral	01
19	Síndrome de Angelman	01
20	Transtorno do Desenvolvimento	01
21	Transtorno Invasivo da infância + TEA	01
22	Síndrome de Kinefelt	01
23	Deficiência Auditiva	03
24	Hidrocefalia com Tumor	01
25	Encefalite Reumática	01
26	Autismo + TEA	02

---

27	Autismo e Síndrome de Rett	01
28	Deficiência Múltipla	01
29	Transtorno Disruptivo	01
30	Deficiência Física + Deficiência Intelectual	01
31	Deficiência Intelectual + Baixa Audição	01
32	Deficiência Intelectual e Hipersíntese	01
33	Transtorno Global do Desenvolvimento	01
34	Surdez	01
35	Deficiência Intelectual + TDAH	01

---

Fonte: Pesquisa de campo realizada

Das 19 escolas mantidas pelo município, 14 possuem alunos na educação inclusiva, sendo 02 Escolas do Campo. No ensino Fundamental, a Escola Municipal Professor Benjamin Padoa é a que possui mais alunos, num total de 18, seguida pela Escola Municipal Jardim das Flores, com 14 alunos e Escola Municipal Vicente Francisco da Silva, com 10. Na Educação Infantil a Escola Municipal Anjo da Guarda possui 07 alunos e Escola Municipal Paulo Pires Pereira, 05, são as escolas que mais apresentam alunos (Figura 5).

Figura 5 – Distribuição dos alunos com algum tipo de deficiência nas escolas municipais de Alta Floresta-MT

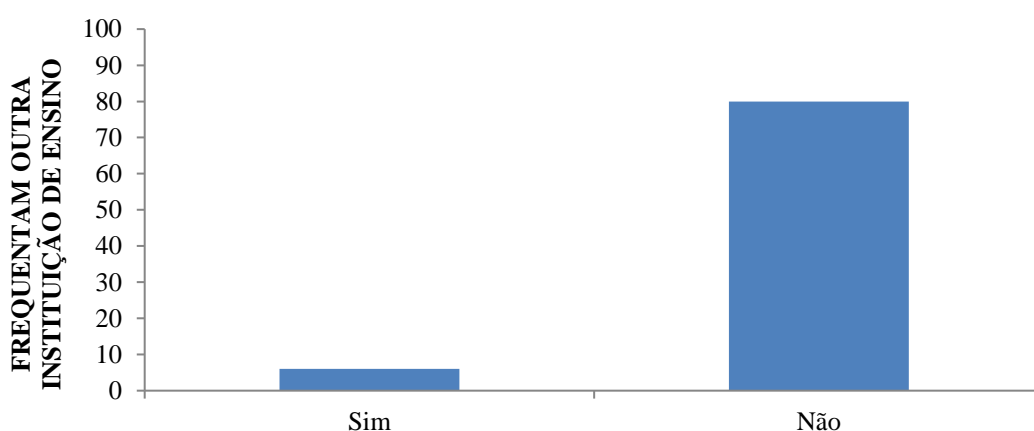
<b>Or</b>	<b>Escola</b>	<b>Quant.</b>
<b>dem</b>		<b>Alunos</b>
01	Geny Silvério Delarincy	04
02	Professor Benjamin Padoa	18
03	Jardim das Flores	14
04	Vicente Francisco da Silva	10
05	Nilo Procópio Peçanha	05
06	Professora Sônia Maria Faleiro	07
07	Castelo Branco	03
08	Paulo César Leinig	01
09	Anjo da Guarda	07
10	Irmã Dulce	03
11	Paulo Pires Pereira	05
12	Arte de Aprender	04
13	Laura Vicuña	04
14	Menino Jesus	01

---

Fonte: Pesquisa de campo realizada

Os alunos que frequentam instituições de Educação Especial além da sala regular são no total de 6, sendo que todos apresentam problemas visuais ou auditivos e possuem matrícula no Centro de Educação Especializado em Deficiência Auditiva – CEEDA. Os dados demonstraram que nenhum aluno frequenta a Associação de Pais e Amigos do Excepcional – APAE (Figura 6).

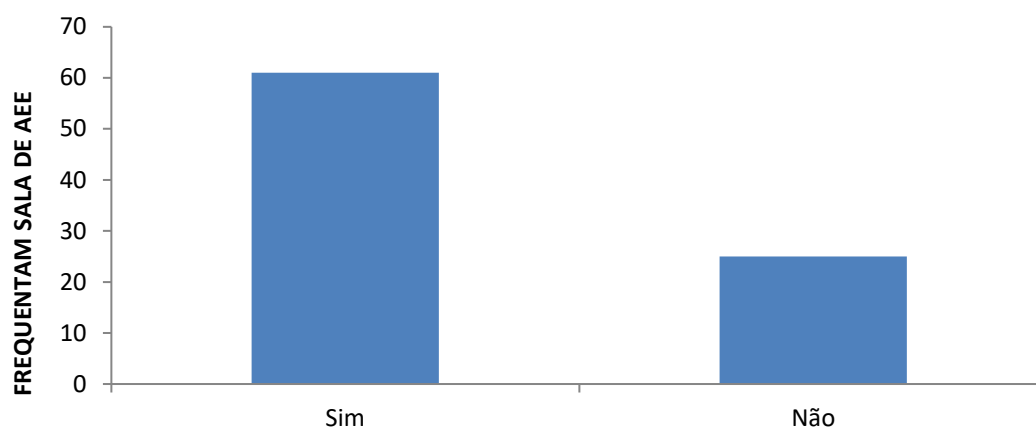
Figura 6 – Demonstrativo dos alunos que frequentam outras instituições de ensino juntamente com a escola regular



Fonte: Pesquisa de campo realizada

Os dados apresentam que 61 alunos frequentam sala de Apoio Educacional Especializado (AEE) e 25 não frequentam por estarem em outro sistema de ensino como 1 aluno que frequenta apenas o CEEDA; 4 alunos estudam nas Escolas do Campo que ainda não tem sala de AEE implantada e 20 alunos são matriculados na Educação Infantil (Figura 7).

Figura 7 – Demonstrativo dos alunos que frequentam Apoio Educacional Especializado.



Fonte: Pesquisa de campo realizada

Portanto 70,9% dos alunos com necessidades educacionais especiais frequentam sala de AEE e 29,1% não frequentam.

A matrícula dos alunos na sala de Apoio Educacional Especializado contribui para a concretização do processo de ensino-aprendizagem, pois permite um trabalho individualizado, onde o professor tem oportunidade de compreender melhor as áreas que devem ser reforçadas para o desenvolvimento total do aluno. A falta de conscientização de muitas famílias, que não apoiam e não repassam informações, dificultam o trabalho dos profissionais e levam muitos alunos a não frequentarem as salas de recursos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade vem evoluindo constantemente e se percebe uma nova maneira de olhar as pessoas com necessidades especiais. Nos dias atuais, procura-se ter cuidado com os termos que utilizam para referir-se aos portadores de deficiências. A maioria já compreende que estas pessoas têm seus direitos constituídos na lei e estão conquistando a cada dia os espaços nas famílias, escolas, no trabalho e na sociedade.

No desenvolvimento deste trabalho, percebe-se que o município de Alta Floresta vem avançando constantemente no tratamento com os alunos que apresentam alguma deficiência ou transtorno. Possui, dentro do Departamento Pedagógico, o departamento específico para a Educação Especial, que desenvolve ações contínuas para a melhoria do atendimento educacional tanto na Educação Especial quanto na Educação Inclusiva. As principais ações levantadas são: cursos de formação

específica para professores de salas de recursos multifuncionais e salas regulares, realização de seminários sobre Educação Inclusiva, oferta de auxiliares de classe para alunos que dependem de auxílio para AVD's, implantação de sala de recursos em escola de Educação Infantil etc...

A Secretaria de Educação juntamente com o Conselho Municipal de Educação, já possui legislação própria que normatiza a oferta da Educação Especial, garantindo o atendimento aos alunos que necessitam de apoio especializado para o desenvolvimento do aprendizado.

Através da pesquisa, pode-se notar a abrangência do trabalho realizado até o momento, apresentando um panorama de dados no ano de 2016, que podem servir de base para comparativos futuros e perceber avanços ou retrocessos, no processo de construção da Educação Inclusiva almejada.

## **OVERVIEW OF THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN THE MUNICIPALITY OF ALTA FLORESTA IN THE YEAR OF 2016**

### **ABSTRACT**

The present research in the area of education was developed through the method of inductive approach, having as a technique the field research with application of a questionnaire directed to the Director of Special Education, collected in the Municipal Department of Education, and the bibliographical research on a current legislation. Having as objective to analyze the data of Inclusive Education in the municipal schools of Alta Floresta in the year of 2016, covering the data of students from 06 months to 16 years old who attend nursery schools, schools of early childhood education and elementary school enrolled in the municipal network. The data collected show that the municipality serves 86 students from 6 months to 16 years old in the Inclusive Education modality. The students present clinical reports since 02 years old, most of the students are male and attend elementary school. Regarding the different deficiencies and disorders, 35 types were identified, and some students present two associated deficiencies/disorders. Graphs and tables of the distribution of students by school, of students who attend another educational institution and also the regular school, as well as the number of students enrolled in the SES room are presented. At the conclusion of the research, we realized that the Special/Inclusive Education in the municipality began in 2003 and is constantly advancing in the search for better quality of education for students who have special educational needs, mainly in the training of the professionals, support to learning and improvement of the physical structure.

**Keywords:** Special Educational Needs. Inclusion. Special Education. Inclusive Education.

---

### REFERÊNCIAS

ALTA FLORESTA. Resolução n. 014/2012 – CME/AF de 26 de abril de 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Tradução de Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MELETTI, Silvia. Indicadores educacionais sobre a Educação Especial no Brasil e no Paraná. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 789-809, 2014. Disponível em: <[http://www.ufrs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrs.br/edu_realidade)>

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da educação**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1997.